

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Ibraop

Conselho Deliberativo do Ibraop aprova Plano de Atividades para o biênio 2025

.....

Instituto Rui Barbosa

Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB participa de audiência pública sobre Educação Infantil

.....

Jornal Panorama

Plano de Trabalho da Rede Integrar para 2025 pode ser acessado online

.....

Conselho Deliberativo do Ibraop aprova Plano de Atividades para o biênio 2025

O Plano de Atividades do Ibraop para o biênio 2025-2026, apresentado pela Diretoria Executiva, foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho Deliberativo do Instituto em reunião ordinária realizada nesta segunda-feira (10).

Os membros se reuniram no Centro Cultural "Ariano Suassuna", do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB), em João Pessoa, por ocasião da realização do "Seminário de Auditoria em Saneamento Básico", no dia 11 de fevereiro.

A reunião foi aberta pela presidente do Ibraop, Adriana Portugal (TCDF), que enumerou as ações prioritárias para este ano, tais como a revisão dos materiais técnicos do Ibraop diante da Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e para a adequação do site institucional à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018). "Sugiro que também seja iniciado um debate interno para a elaboração do Planejamento Estratégico do Ibraop, bem como os preparativos finais para a realização do XXI SINAOP em Manaus (AM)", explicou Adriana.

O presidente do Condel, Ricardo Lobo (TCE-GO), após a explanação inicial das prioridades, colocou em votação e as propostas foram aprovadas. "O custo para a execução dessas atividades não irá impactar no orçamento previsto para o ano. Como nenhum membro se opôs, o Plano de Atividades para o biênio foi aprovado por unanimidade", disse.

Relatório de Resultados do biênio 2023-2024 - No período da tarde, a reunião seguiu com a apresentação dos resultados alcançados entre os anos de 2023 e 2024. De acordo com a Adriana Portugal, foi um ano em que maioria das ações planejadas foram executadas, além de outras, que nem estavam planejadas foram feitas mesmo assim.

Foi dada a continuidade ao trabalho realizado pelos grupos responsáveis pela elaboração de orientações e notas técnicas, bem como de procedimentos de auditoria sobre serviços de saneamento básico, resíduos sólidos urbanos, obras rodoviárias e impactos socioambientais de obras públicas

No âmbito das relações institucionais, o Ibraop firmou acordos de cooperação técnica e intercâmbios institucionais com entidades parceiras, como a Atricon, o CNPTC, o IRB e o Confea. "Também conseguimos visitar 23 Tribunais de Contas em dois anos. Os 10, que ainda não receberam nossa visita técnica, serão priorizados em 2025", informou Adriana.

Em 2023, o Ibraop realizou o XX SINAOP em Bento Gonçalves (RS), e o ENAOP 2024, em Luis Correia (PI), além de ter participado e prestigiado outros 50 eventos ao longo dos dois anos, como reuniões, encontros, congressos e solenidades de posse realizadas pelos TCs e entidades parceiras. Todas essas atividades foram comunicadas por

meio de 309 notícias, 383 posts e 53 vídeos-reles, respectivamente, no site e redes sociais do Ibraop.

Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do IRB participa de audiência pública sobre Educação Infantil

Na última sexta-feira (06/02), a Câmara Municipal de Goiânia (GO) promoveu uma audiência pública sobre o futuro da Educação Infantil no munícipio. O Presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa (IRB) e Membro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Conselheiro Edson Ferrari, foi um dos convidados para participar desse momento, representando, na oportunidade, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

A audiência foi solicitada pela Vereadora Kátia Maria (PT-GO), que conduziu os trabalhos, reunindo representantes de instituições públicas e de entidades de servidores do setor da educação, Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Poder Público municipal. O Presidente da Comissão de Ciência e Educação, Vereador Edward Madureira (PT-GO), reiterou preocupações levantadas pela autora da audiência a respeito de iniciativas para o enfrentamento da questão de vagas em creches e escolas municipais que, segundo eles, não se atentam para a qualidade do ensino e do acolhimento.

Em sua fala, Ferrari elogiou a iniciativa da Câmara, que, para além de elaborar leis, tem a função de fiscalizar a Administração Pública. Ele lembrou o estabelecimento dos índices constitucionais para gastos com a educação pública e sua evolução até a atualidade, mas apontou que eles não refletem na qualidade do ensino, sobretudo na Educação Infantil. O Presidente do Comitê Técnico do IRB criticou a tendência de privatização do Ensino Público e se definiu como ardoroso defensor do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ferrari mencionou o termo de cooperação celebrado no dia 05 de fevereiro, em São Paulo, entre a Atricon e a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV), entidade que aponta uma estagnação, e até declínio, da qualidade do ensino infantil no país. Também citou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, que define como dever do Estado a proteção da criança, em parceria com a família e a sociedade, uma determinação que vem sendo descumprida ao longo dos tempos.

Na sequência, o Conselheiro Edson Ferrari defendeu a inclusão de recursos orçamentários para as Políticas Públicas, sem o que não há como avançar nesse campo e tampouco dar concretude aos direitos consagrados na Constituição. "Não precisamos de novas lei e sim de dar cumprimento à legislação já existente, que é suficiente", assegurou. Ferrari encerrou sua fala ressaltando que gostaria de voltar à Câmara para aprofundar o debate sobre a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

*Fotos e Informações: TCE-GO (com adaptações).

Plano de Trabalho da Rede Integrar para 2025 pode ser acessado online

O Plano Anual de Trabalho (PAT) da Rede Integrar para 2025 já está disponível para consulta. O documento foi aprovado pelo Comitê Técnico da Rede Integrar durante o IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em novembro de 2024, em Foz do Iguaçu (PR). Das 84 propostas de cooperação recebidas, 48 foram consideradas aptas a serem desenvolvidas.

Para elaborar o documento, foi criado um grupo de assessoramento formado por representantes do Tribunal de Contas da União (TCU) e dos tribunais de contas de Alagoas (TCE-AL), Espírito Santo (TCE-ES), Maranhão (TCE-MA), Minas Gerais (TCE-MG), Rio de Janeiro (TCE-RJ) e Roraima (TCE-RR), além do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará (TCM-PA).

Os tribunais de contas expressaram suas expectativas e prioridades de atuação para 2025 durante o processo de construção do documento, seguindo a meta de construir um PAT mais abrangente e representativo. Na ocasião, tribunais e instituições parceiras identificaram oportunidades de atuação coordenada para fiscalizar políticas públicas que envolvem recursos de mais de um nível da Federação.

A partir desse trabalho, foram elencados os temas prioritários: saúde, meio ambiente, educação, infraestrutura (obras), compras públicas, saneamento básico, controle social, mobilidade urbana, transparência e pessoal. Destes, pela complexidade e pelo impacto social, os mais citados foram saúde, meio ambiente e educação.

Também merecem destaque as áreas de infraestrutura (obras) e compras públicas, que estão inseridas em diferentes temas e concentram boa parte das despesas públicas. Por se relacionar tanto com a área do meio ambiente quanto com a de infraestrutura (obras), outro tema muito citado foi saneamento básico.

Ao final, foram aprovadas 48 iniciativas abrangendo ampla diversidade de áreas temáticas, entre elas: assistência social, auditoria financeira, compras públicas, concessões e parcerias público-privadas (PPP), controle social, direitos humanos e equidade, igualdade de gênero, objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e tecnologia da informação.

A diversidade de propostas apresentadas demonstra a consolidação da Rede Integrar como um espaço colaborativo essencial ao fortalecimento da rede de controle externo no Brasil. Também evidencia o grande interesse dos tribunais em trabalhar de forma integrada, potencializando o alcance de resultados que, de forma isolada, não seria possível atingir.

Ao todo, 13 tribunais de contas foram indicados para coordenar pelo menos uma ação em 2025 (TCU, TCDF, TCE-BA, TCE-ES, TCE-GO, TCE-MG, TCE-MS, TCE-PR, TCE-RJ, TCE-RN, TCE-RR, TCE-TO e TCM-BA).

A primeira avaliação do andamento das ações será feita em junho deste ano, durante o 2º Encontro Técnico da Rede Integrar, com sede no TCE-AL. Na ocasião, o grupo realizará a segunda Reunião Ordinária do Comitê Técnico de 2025.

A comunicação da Rede Integrar

Entre as estratégias de divulgação e reconhecimento da Rede para 2025, o Comitê Técnico aprovou a criação de um Subcomitê Permanente de Comunicação. O objetivo é manter a alta gestão, as instituições parceiras e servidores alinhados e informados sobre a execução das ações aprovadas, além de outros temas de interesse.

Para iniciar o trabalho do subcomitê, foi aprovado o plano de comunicação da Rede Integrar para 2025, em que estão previstas: elaboração de material informativo para os membros da Rede; criação de conteúdo periódico para servidores e gestores das cortes de contas; e aproximação do grupo com as assessorias de comunicação dos tribunais de contas do país, facilitando a distribuição de informações e a articulação de mídia de forma paralela e contínua.

Evolução das ações coordenadas

A Rede Integrar é fruto de acordo de cooperação técnica entre o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o TCU e os tribunais de contas aderentes. O principal benefício é o compartilhamento de metodologias, dados, experiências e tecnologias, o que permite que um novo olhar seja

lançado sobre as temáticas. O objetivo é desenvolver soluções mais abrangentes, que possam ser replicadas em outras regiões.

Nos últimos anos, o volume de ações conjuntas e de participantes tem crescido conforme os resultados são reconhecidos pelo Brasil. Em 2023, por exemplo, a rede atuou em 23 ações e 13 áreas temáticas. Em 2024, foram 30 ações, em 16 áreas temáticas. Em 2025, serão 48 ações, em 20 áreas temáticas. Atualmente, os 33 tribunais de contas estão envolvidos em ações da Rede Integrar.

Fonte: TCU

Foto de RDNE Stock project

O post Plano de Trabalho da Rede Integrar para 2025 pode ser acessado online apareceu primeiro em Jornal Panorama.